



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA**  
**LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

**PATRÍCIA LEANDRA DA SILVA PEREIRA**

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SERRA  
TALHADA**

**SERRA TALHADA-PE**

**2023**

**PATRÍCIA LEANDRA DA SILVA PEREIRA**

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SERRA  
TALHADA**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada, como requisito obrigatório para conclusão do curso e obtenção do grau de Licenciada em Plena em Letras.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Noádia Iris da Silva.

**SERRA TALHADA-PE**

**2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- P436a      Pereira , Patricia Leandra da Silva  
              Avaliação da aprendizagem na educação inclusiva de Serra Talhada / Patricia Leandra da Silva Pereira . - 2023.  
              27 f. : il.
- Orientador: Noadia Iris da Silva.  
              Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em Letras,  
Serra Talhada, 2023.
- I. Avaliação da Aprendizagem. 2. Educação Inclusiva. 3. Formação de professores. I. Silva, Noadia Iris da, orient. II.  
Título

**PATRICIA LEANDRA DA SILVA PEREIRA**

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SERRA  
TALHADA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Letras, produzido na Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE/UAST.

Orientador:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Noádia Iris da Silva / UFRPE

Examinadores:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fátima Soares da Silva Carvalho / UFRPE

---

Prof.<sup>a</sup> Dr Nefatalin Gonçalves Neto / UFRPE

Serra Talhada – PE, 30 de março 2023

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, agradeço a Deus por sempre me dar forças e sabedoria para enfrentar os obstáculos que já venci, e por colocar pessoas na minha caminhada que me ajudaram a chegar até aqui.

Agradeço aos meus pais por toda dedicação, por sempre me encorajar nessa caminhada e que nunca medirão esforços para cuidar de mim e dos meus filhos. Ao meu esposo Antônio, que sempre me apoiou e esteve ao meu lado fazendo com que eu não desistisse e sempre esteve ao meu lado me dando forças.

Aos meus filhos, pois se não fosse pelo imenso amor e responsabilidade por eles não teria procurado chegar aqui, vocês foram fundamentais na minha vida por sempre estarem me ajudando com as atividades, vocês são as pessoas que mais amo neste mundo.

À Fernanda, minha irmã, que sonhou esse sonho comigo, e que me ensinou a nunca desistir de nossos ideais.

Aos meus colegas de faculdade que sempre me apoiaram e me ajudaram nas horas de dificuldades, as minhas colegas de trabalho Cleide e Sandra que sempre me apoiaram e ficaram ao meu lado quando necessário, vocês foram essenciais nessa minha trajetória.

À minha orientadora Dr. Noádia, por sua paciência, incentivo e confiança eu nunca vou esquecer seu cuidado na minha vida e na minha trajetória acadêmica, e que não mediu esforços para me ajudar na construção deste trabalho, não mediu tempo nem espaço, e diante dos obstáculos não me abandonou, um ser humano abençoado.

*O Senhor é o meu pastor e nada me faltará. Deita-se-me em verdes pastos e guia-me mansamente em águas tranquilas. Refrigera a minha alma, guia-me pelas veredas da justiça, por amor do seu nome. Ainda que eu ande pelo vale da sombra da morte, não temerei mal algum, porque Tu estás comigo, a Tua vara e o Teu cajado me consolam. Prepara-me uma mesa perante os meus inimigos, unges a minha cabeça com óleo, o meu cálice transborda. Certamente que a bondade e a misericórdia me seguirão todos os dias da minha vida e habitarei na casa do SENHOR por longos dias. (Bíblia Sagrada, Salmo 23).*

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar como acontece a avaliação da aprendizagem na perspectiva da Educação Inclusiva em escolas de Ensino Fundamental I e II da cidade de Serra Talhada. Para tanto, entrevistamos professores de escolas municipais com vista a buscar respostas para as seguintes questões: Como os professores avaliam os alunos com deficiências? Quais métodos, instrumentos e critérios avaliativos que eles utilizam? Encontramos subsídios teóricos em Ferreira (2006); Leal (2006) Leães (2009); (Luckesi 2011) e Suassuna (2007). A abordagem metodológica adotada caracterizou-se pelo enfoque qualitativo, no sentido de compreender as vozes que participam do discurso sobre a avaliação da aprendizagem de alunos com deficiências. Nossos resultados apontam para imprecisões sobre a forma de avaliar alunos com deficiência e como existe um silenciamento pedagógico a esse respeito; adicionalmente, percebemos lacunas na formação continuada dos docentes e uma cultura de promoção automática, na qual o aluno é aprovado para outra série sem que seu conhecimento seja adequadamente avaliado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Avaliação da Aprendizagem; Educação Inclusiva; Formação de professores.

## **ABSTRACT**

This study aims to investigate how the assessment of learning takes place from the perspective of Inclusive Education in Elementary Schools I and II in the city of Serra Talhada. To do so, we interviewed teachers from municipal schools in order to seek answers to the following questions: How do teachers evaluate students with disabilities? What methods, instruments and evaluation criteria do they use? We found theoretical subsidies in Ferreira (2006); Leal (2006) Leães (2009); (Luckesi 2011) and Suassuna (2007). The methodological approach adopted was characterized by a qualitative approach, in the sense of understanding the voices that participate in the discourse on the assessment of learning by students with disabilities. Our results point to inaccuracies about how to evaluate students with disabilities and how there is a pedagogical silencing in this regard; additionally, we noticed gaps in the continuing education of professors and a culture of automatic promotion, in which the student is approved for another grade without their knowledge being adequately evaluated.

**KEYWORDS:** Learning Assessment; Inclusive education; Teacher training.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1. Caracterização dos professores entrevistados.....	20
Figura 1. Tipos de deficiências/transtornos dos estudantes atendidos pelos professores entrevistado.....	22
Quadro 2. Formas, instrumentos e critérios de avaliação da aprendizagem declarados pelos professores.....	23

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS**

**CID-** Classificação Internacional de Doenças

**LBI-** Lei Brasileira de Inclusão

**LDBEN-** Lei de Diretrizes e Bases Escolares Nacional

**ONU-** Organização das Nações Unidas

**PCN-** Parâmetros Curriculares Nacionais

**TEA-** Transtorno do Espectro Autista

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I.....	16
<b>1.1 Breves notas sobre a avaliação da Aprendizagem.....</b>	<b>16</b>
<b>1.2 O papel da avaliação na Educação Inclusão .....</b>	<b>17</b>
CAPÍTULO II.....	20
<b>1.1 Tipo de pesquisa.....</b>	<b>20</b>
<b>1.2 Aspectos metodológicos da pesquisa .....</b>	<b>20</b>
<b>1.3 Avaliação da aprendizagem na perspectiva da inclusão.....</b>	<b>22</b>
4 CONCLUSÃO.....	26
REFERÊNCIAS .....	27

## 1 INTRODUÇÃO

Janeiro de 2016 marca o início de um novo olhar sobre os 45 milhões de brasileiros com algum grau de deficiência, pois entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), que afirmou a autonomia e a capacidade desses cidadãos para exercerem atos da vida civil em condições de igualdade com as demais pessoas. As inovações trazidas pela nova lei alcançaram, entre outras, as áreas de saúde, educação, trabalho, assistência social, esporte, previdência e transporte.

Na educação escolar, particularmente, a LBI assegurou a oferta de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, com isso, garantiu-se ao estudante com necessidades especiais a inclusão em turmas regulares, estabeleceu ainda a adoção de um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, com fornecimento de profissionais de apoio.

Entretanto, existe um grande conflito no âmbito escolar sobre inclusão na educação escolar que é a formação de profissionais, a sociedade em tempos contemporâneos tem vivenciado experiências de inclusão social por conta de vários movimentos sociais, culturais e do avanço da tecnologia que nos mostra diferentes realidades.

No Brasil, na década de 1980 a 1990 essas ideias de assegura uma educação inclusiva para todos, começaram a se propagar, e tanto que a declaração de Salamanca (1994) influenciou na formulação das políticas públicas da Educação Inclusiva. Tanto que em 1996, com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN-Lei nº 9.394/96) reúne a ideia de que o sistema educacional deve estar voltado ao aluno, contemplando todas suas características e necessidades.

Desde 1988, com a promulgação da Constituição Federal e a consolidação do Estado Democrático de Direito, reconheceu-se a necessidade de garantir a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Após décadas de luta, vemos a democracia, de fato, sendo colocada em prática. E, dessa vez, motivada pelas próprias pessoas com deficiência. A Lei 13.146//2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que visa assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para a pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e sua cidadania.

No capítulo IV do direito à educação fala:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Artigo 28 inciso II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que elimina as barreiras e promovam a inclusão plena;

VI - Pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

X - Adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

(BRASIL, 2015. Ênfase adicionada)

A Lei é uma adaptação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU que trata da acessibilidade e da inclusão em diferentes aspectos da sociedade como: saúde, educação, tecnologia, mercado de trabalho, assistência social, transporte, entre outros. No decorrer das décadas existe uma luta por direito à educação e por melhores condições para que essas pessoas possam ter oportunidades de ter uma educação de qualidade, e que os mesmos sejam tratados de forma adequada.

Essa lei traz diversos avanços importantes na temática da deficiência, sendo alguns deles: uma definição de pessoa com deficiência que segundo o Art. 2º “da Lei 13146/2015 Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. considera e destaca os aspectos sociais envolvidos na deficiência; definição de importantes conceitos relativos à área como acessibilidade, barreiras, dentre outros; estabelece que a avaliação da deficiência será biopsicossocial; regulamenta direitos amplos nas mais variadas áreas.

Porém, notamos que mesmo com a criação de Leis que defendem a inclusão, ainda temos uma grande dificuldade de tratar sobre essas questões. Durante minha trajetória na universidade, pouco se falou nesse assunto, isso foi mais um motivo que despertou meu interesse pela educação de alunos com necessidades especiais educacionais e como seria a avaliação. Mesmo que existam leis que determinem uma educação igual para todos, o que se pode notar é que na prática, esse assunto ainda é novo e que os professores e os demais profissionais da educação têm grandes dificuldades em lidar com essa situação em sala de aula. Com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN-Lei nº 9.394/96) criou inúmeras as indagações referentes ao processo educacional de alunos com necessidades especiais educacionais, criaram leis para assegurar o aluno na escola, do comprometimento tanto da família como da comunidade em acolher esse aluno na escola, mas também é preciso preparar os profissionais de educação, a saberem a lidar com essa situação, é necessário inovar técnicas para facilitar e deixar mais atraente o ensino de educação inclusiva.

Avaliar é uma ação que se realiza em todo e qualquer processo de ensino aprendizagem e, nesse sentido, os olhares destinados à provocação avaliativa e vem partir de uma multiplicidade de concepções, já que por meio da arte de avaliar é possível verificarmos as nossas atitudes diante do outro que carece de nossas intervenções. Quando direcionamos nossos olhares para o processo avaliativo temos a chance de rever metodologias e adequá-las às necessidades dos sujeitos em situação de ensino.

Mas a avaliação da aprendizagem ainda é uma das questões que mais têm levantado dúvidas e preocupações. Essa temática vem sendo objeto de estudo e questionamento em todos os níveis de ensino e representa um desafio em relação a todos os alunos, porém, em relação ao ensino de educação inclusiva há algo que faz boa parte dos professores e demais profissionais da educação terem certo receio em avaliar os alunos com necessidades especiais educacionais, o que parece compreensivo por conta de lacunas em sua formação. Tal resistência surge em decorrência da frágil discussão do assunto, dos poucos momentos propiciados na sua formação inicial e na própria escola, entre outros fatores limitantes que os levam a formas inadequadas de entendimento do processo de aprendizagem e do trabalho docente.

Práticas meramente instrumentais de avaliação têm sido contestadas por autores como Ferreira (2006), Leal (2006), Luckesi (2011) Suassuna (2006) entre outros que entendem a avaliação como parte constitutiva do projeto pedagógico da escola e não apenas como procedimento técnico de medição dos desempenhos dos alunos. Especificamente falando sobre a situação da avaliação pedagógica de alunos com necessidades educacionais especiais,

compartilhamos os questionamentos de Leães (2009, p. 13-14): Qual o procedimento mais adequado? Quando o aluno está apto para avançar? Quais os critérios avaliativos do domínio do conhecimento pelo aluno? O que a legislação indica a respeito? Como proceder sem ser injusto, ou complacente, ou classificatório, ou preconceituoso? Que aspectos legais amparam o aluno e a escola no processo de avaliação para a aprovação/reprovação? Essas questões me inquietam como profissional e me impulsionaram a investigar e discutir sobre essa problemática com maior clareza e consistência.

Neste trabalho, entrevistamos professores atuantes da cidade de Serra Talhada sobre como eles avaliam a aprendizagem de estudantes com necessidades especiais. Especificamente, investigamos quais os instrumentos e critérios de avaliação são mobilizados para acompanhar a aprendizagem dos alunos. O relato desta pesquisa está organizado da seguinte forma: inicialmente discutimos brevemente apontamentos teóricos sobre concepções e tipos de avaliação, depois apresentamos os aspectos metodológicos da pesquisa, na sequência fazemos nossas análises do corpus para, finalmente, tecer considerações acerca dos dados produzidos.

## CAPÍTULO I

### 1.1 Breves notas sobre a avaliação da Aprendizagem

Nesta seção, iremos tratar sobre formas de avaliação, sua importância e os instrumentos mais utilizados na escola brasileira. A avaliação faz parte do processo ensino/aprendizagem, pois, influencia em todo processo educativo tendo em vista que através dos resultados obtidos é possível atribuir notas, classificar o aluno, também é um meio de poder acompanhar o nível de aprendizagem dos alunos como da metodologia e didática do professor. Dessa forma, as práticas avaliativas têm um espaço muito amplo no processo de ensino.

Sabemos que a avaliação da aprendizagem é processo de grande importância tanto no nosso dia a dia, como em sala de aula, pois através dela o professor identifica se os objetivos educacionais estão sendo alcançados; ao mesmo tempo ela permite que o professor se autoavalie, e assim como questione suas próprias metodologias em sala de aula e se a mesma é satisfatória ou se precisa ser revisada além de fornecer dados e desempenhos diferentes dos alunos. Dada a importância do processo avaliativo, entendemos que ele envolve muitos atores escolares:

A avaliação do rendimento dos alunos, associada à avaliação das condições de ensino e, conseqüentemente, das estratégias didáticas, tem, nesse modelo de funcionamento, um destaque. Selecionar o que deve ser ensinado em cada ano escolar, indicar as prioridades para os grupos de alunos em cada turma, decidir o que fazer com os alunos que não alcançaram as metas pretendidas são decisões a serem tomadas coletivamente, de modo a responsabilizar todo o grupo e criar espaços de discussão e de melhoria do ensino. (FERREIRA e LEAL, 2006, p. 18)

A avaliação faz parte da cultura escolar e é nessa perspectiva que Suassuna (2006, p. 28) fala de tipos de avaliação como a formativa, somativa e a avaliação diagnóstica, e a importância de cada uma delas, e da importância dos instrumentos avaliativos. Suassuna chama atenção para os paradigmas da educação e de como a escola era vista como ambiente em que o professor ditava as regras e o aluno apenas obedecia, a disciplina era rígida, o conhecimento acumulado ao longo do tempo deveria ocorrer de maneira controlada e os professores eram muito exigente, essa forma de avaliar conhecida como somativa ou classificatória é a forma mais tradicional de avaliar o aluno em sala de aula, a sua proposta se baseia em avaliar o aluno considerando as suas notas e classificando o aluno através delas.

Como se pode ver, o paradigma tradicional dominou grande parte do século XX; a despeito de suas variações ideológicas e metodológicas, manteve sua principal característica – a produção de hierarquias e, conseqüentemente, de exclusões. Os questionamentos acerca dessa episteme começaram a se acumular e a incidir sobre aspectos variados das práticas avaliativas encaminhadas sob a ótica da medida e da classificação, até que se construísse o que pode ser considerado um segundo grande paradigma, ainda em processo de construção. Vejamos a seguir os principais aspectos salientados (Suassuna 2006 p.32).

Com o passar do tempo e depois de inúmeras críticas pelos profissionais de educação sobre o paradigma tradicional, surgiu um novo paradigma, que é um processo mediador na construção do currículo e se encontra intimamente relacionado à gestão da aprendizagem dos alunos como, por exemplo, a avaliação formativa que utiliza diferentes métodos avaliativos para medir de maneira individual no processo de ensino-aprendizado dos alunos este tipo de avaliação difere das demais porque traz o aluno para o centro de sua própria formação. (SUASSUNA, 2006).

Podemos notar que as concepções que norteiam as práticas de avaliação podem dar maior relevância às “informações, por meio da memória” ou a “apropriação dos conhecimentos por meio da formação e do desenvolvimento de habilidades, constituindo competências” (LUCKESI, 2011, p. 276), ou seja, pode estar embasada em uma concepção tradicional, classificatória/somativa ou em uma concepção formativa, diagnóstica/mediadora. Em uma prática diagnóstica é possível compreender o nível de aprendizagem do educando, o que ele aprendeu e quais suas limitações e necessidades. A realização de uma avaliação com caráter diagnóstico favorece o planejamento de estratégias e intervenções que faça o estudante avançar na aprendizagem, portanto tem finalidade prospectiva. Por sua vez, uma prática classificatória centra-se em verificar o desempenho do estudante no final de um processo, atribuindo uma nota ou conceito diante do que os estudantes aprenderam. Essa avaliação com caráter classificatório tem a função de verificar, retrospectivamente, o que foi aprendido.

É preciso deixar claro que a prova é somente um dos instrumentos avaliativos presentes no sistema escolar, em geral, respondendo a necessidades de classificação e de seriação, e que devemos ter inúmeros cuidados em sua elaboração e aplicação; também é necessário o professor estar atento aos instrumentos avaliativos utilizados em sala de aula.

## **1.2 O papel da avaliação na Educação Inclusão**

No Brasil, a Educação de pessoas com deficiência assume uma perspectiva inclusiva, ou seja, assegura que todos os estudantes possam conviver e compartilhar o mesmo ambiente de ensino e aprendizagem, sem discriminações injustas de qualquer natureza, participando e aprendendo junto com outros alunos. Nesse sentido, a escola inclusiva valoriza as potencialidades de cada aluno e dá condições para que todos aprendam e se desenvolvam integralmente, pois o direito constitucional à educação é uma garantia universal, isto é, contempla todos os sujeitos.

Avaliar, na concepção de educação Inclusiva, pressupõe possibilitar as condicionantes que aproximem os sujeitos das metodologias de formulação do conhecimento. a avaliação é focalizada no contexto da escola regular, porém, as reflexões são direcionadas ao processo avaliativo de acordo com a Educação Inclusiva, De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares para a Educação Especial (1999, p. 36), as adaptações avaliativas para atender as particularidades de cada estudante e referem-se:

À seleção das técnicas e instrumentos utilizados para avaliar o aluno. Propõem modificações sensíveis na forma de apresentação das técnicas e dos instrumentos de avaliação, a sua linguagem, de um modo diferente dos demais alunos de modo que atenda às peculiaridades dos que apresentam necessidades especiais.

Seguindo essa perspectiva, é fundamental que a avaliação numa perspectiva inclusiva seja realizada mediante as possibilidades do educando, levando em consideração o seu percurso no processo de construção do conhecimento. Cabe, pois, ao docente o desafio de organizar conteúdos, selecionar métodos, recursos didáticos e atividades avaliativas que ajudem na organização do conhecimento.

Avaliar é uma ação que se realiza em todo e qualquer processo de ensino aprendizagem e, nesse sentido, os olhares destinados à provocação avaliativa na perspectiva de Inclusão ganha um olhar mais atento, já que por meio da arte de avaliar é possível verificarmos as nossas atitudes diante do outro que carece de nossas intervenções. Quando direcionamos nossos olhares para o processo avaliativo temos a chance de rever metodologias e adequá-las às necessidades dos sujeitos em situação de ensino.

Para que possa ser realizadas mudanças nas formas de avaliar, é necessário que se repense e ressignifique a forma de avaliação. Nesse sentido, Luckesi (2011, p. 293) defende a avaliação da aprendizagem como um ato que ocorre por etapas são elas: a descrição do desempenho da aprendizagem dos educandos por meio de uma coleta de dados, tendo como

indicadores relevantes às decisões tomadas na elaboração do projeto político pedagógico da escola e nos planejamentos de ensino, ou seja, os conteúdos que se decidiu ensinar e a forma como se ensina outra etapa e a qualificação dos resultados obtidos por meio de uma comparação do desempenho descrito com os critérios de qualidade estabelecidos com base nos indicadores de ensino-aprendizagem, estabelecidos no projeto pedagógico e nos planos de ensino, possibilitando o diagnóstico do processo ou a certificação do resultado final em termos de aprendizagem a outra etapa se for preciso, seria intervir para correção da ação em curso cujo objetivo é garantir a construção satisfatória das aprendizagens esperada pelos educandos.

Podemos ressaltar então, que no processo de aprendizagem, a avaliação é uma importante aliada para acompanhar os avanços e dificuldades dos estudantes, além disso, possibilita que o professor reorganize as atividades propostas, favorecendo a aprendizagem na perspectiva de efetivação da inclusão. Para Luckesi (2005, p. 18):

Diz respeito a modificações no currículo ou em seus elementos (conteúdo, objetivos, metodologia, avaliação, recursos didáticos) para atendimento à diversidade. Esse conceito será aprofundado na seção seguinte. uma avaliação é inclusiva na medida em que não seleciona os educandos melhores dos piores, mas sim subsidia a busca de meios pelos quais todos possam aprender aquilo que é necessário para seu próprio desenvolvimento; o ato de avaliar é um ato pelo qual se inclui o educando dentro do processo educativo, da melhor forma possível.

Assim, realizar adaptações avaliativas pressupõe possibilitar diferentes instrumentos e estratégias para avaliar de acordo com a necessidade peculiar de cada indivíduo. Dentre os instrumentos de avaliação o registro diário de observações é um suporte fundamental, pois possibilita organizar um número significativo de informações, possibilitando que o professor reorganize atividades, ajustando-as às necessidades.

A prática avaliativa deve ser pensada na diversidade do contexto escolar, de modo que se repense os objetivos, o planejamento, a proposta de conteúdo, não apenas para obter notas classificatórias. É preciso avaliar o aluno respeitando suas limitações, seus conhecimentos prévios, sem comparações e rótulos. Com isso a avaliação deve ser pensada como um instrumento de inclusão e não o contrário. Emerge, então, a necessidade de se buscar alternativas de avaliação que valorizem cada educando na sala de aula, considerando suas potencialidades.

## CAPÍTULO II

### 1.1 Tipo de pesquisa

Com o objetivo de conhecer as perspectivas que os professores têm acerca da Base Nacional Comum Curricular e as mudanças que podem ocorrer na educação brasileira, é que este trabalho vem através da pesquisa estruturada/questionário e elaboração de resultados em formato comparativo do ponto de vista dos professores, bem como um apanhado bibliográfico que versam entre a Lei de Diretrizes e Bases e o próprio documento oficial da Base Nacional Comum Curricular, fazer uma análise documental e revisão de literatura com estudiosos de referência na área de ensino de língua a fim de apontar quais as perspectivas dos professores em relação à BNCC.

### 1.2 Aspectos metodológicos da pesquisa

Entrevistamos dez professores do quadro de funcionários da rede municipal da cidade de Serra Talhada no período de 06 de maio a 06 de junho de 2022. O convite a esses profissionais aconteceu através de e-mail e aplicativo de mensagens. Entramos em contato com os gestores das escolas em busca de apoio, pois sentimos muita dificuldade em obter respostas. Nesse sentido, foi preciso esclarecer que nossa investigação observaria os padrões éticos que recomendam manter o sigilo das identidades, que em nenhum momento os nomes ou dados de identificação seriam publicizados. Dessa forma, conseguimos a adesão dos participantes descritos no quadro a seguir:

**Quadro 1.** Caracterização dos professores entrevistados

IDENTIFICAÇÃO	FORMAÇÃO DOCENTE	DURANTE SEU CURSODE GRADUAÇÃO VOCÊ TEVE ALGUM CONTATO COM O TEMA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA?	VOCÊ PARTICIPA(OU) DE FORMAÇÕES CONTINUADAS (CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO, CAPACITAÇÃO, ETC.) RELACIONADAS À EDUCAÇÃO INCLUSIVA?.
PI	Licenciatura em Matemática	Sim	Sim

P2	Licenciatura em História	Sim Sinto que a universidade ainda trata de maneira muito superficial, visto que não há de fato uma disciplina específica para o tema.	Sim Foi a descoberta de um mundo novo, entendi como meu trabalho pode ser gratificante
P3	Licenciatura em Matemática	Não	sim De alto conhecimento
P4	Pós em psicopedagogia	Não	Sim
P5	Licenciatura em Matemática	Não	Sim Importante
P6	Licenciatura em Letras	Não	Não
P7	Pedagogia	Sim Uma experiência positivante da educação inclusiva porque hoje temos muitas situações assim.	Não
P8	Licenciatura em Pedagogia	Sim. Muito relevante	Sim. Muito relevante
P9	Licenciatura em Geografia	Sim	Não
P10	Magistério	Sim Uma experiência de enorme valor e relevância, pois tal campo de trabalho é extremamente importante.	Sim.

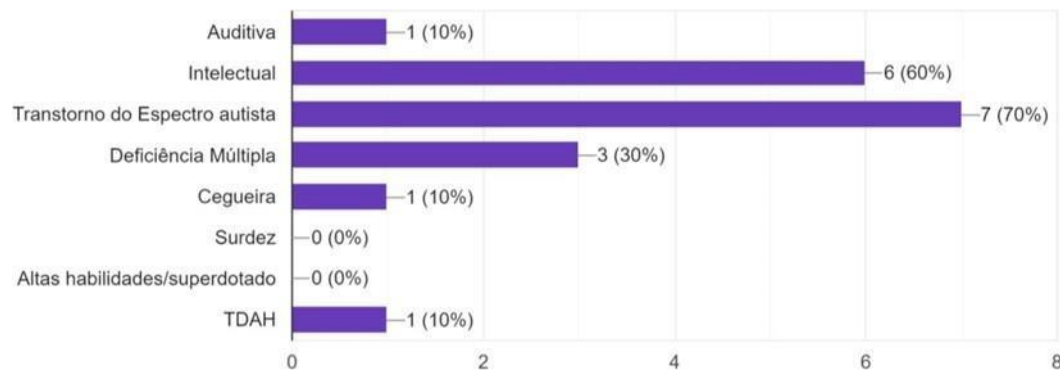
Fonte: O autor

Na primeira coluna, atribuímos um número de 1 a 10 a cada um dos participantes com vistas a preservar suas identidades. Na segunda coluna, apresentamos a formação destes profissionais que, conforme vemos, são em sua maioria graduados em diferentes licenciaturas, um deles é mestre em Teoria da Literatura e um profissional tem apenas o curso de magistério. Finalmente, quando interrogados sobre se eles tiveram acesso à discussão sobre educação na perspectiva inclusiva quatro deles disseram não terem estudado o tema durante sua formação acadêmica e três docentes disseram não ter participado de momentos formativos sobre o tema enquanto todos os demais afirmam terem participado de estudos e, aqueles que emitiram opiniões, falaram positivamente da experiência.

### 1.3 Avaliação da aprendizagem na perspectiva da inclusão

Inicialmente, cabe esclarecer que todos os profissionais entrevistados lecionam em turmas com alunos com necessidades educacionais especiais de diferentes naturezas, conforme vemos na Figura 1.

**Figura 1.** Tipos de deficiências/transtornos dos estudantes atendidos pelos professores entrevistados



Fonte: O autor

Reconhecendo os tipos de deficiências que os profissionais lidam em sua prática pedagógica diária, vemos que as maiores ocorrências são de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (70%), seguido por estudantes com deficiência intelectual (60%), depois temos estudantes com deficiências múltiplas (30%). Por sua vez, estudantes com deficiência auditiva, com cegueira e com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade representam, cada um dos três grupos, um décimo das ocorrências. Após essa identificação preliminar do público atendido pelos professores, levantamos questões relacionadas ao processo de avaliação da aprendizagem desses estudantes e recebemos as respostas que dispomos no quadro 2.

**Quadro 2.** Formas, instrumentos e critérios de avaliação da aprendizagem declarados pelos professores.

	Pergunta 3: COM RELAÇÃO ÀS AVALIAÇÕES DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, QUAIS MÉTODOS, INSTRUMENTOS, CRITÉRIOS AVALIATIVOS VOCÊ UTILIZA?	Pergunta 4: OS MÉTODOS, INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS AVALIATIVOS QUE VOCÊ TEM UTILIZADO PARA AVALIAR A APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS SÃO DIFERENTES DAQUELES QUE VOCÊ USA COM OS DEMAIS ALUNOS?
P1	Avalio sempre pensando no grau de CID que cada aluno possui, fazendo a avaliação dentro do que cada aluno consegue produzir.	Não, o método de avaliação é adaptado, mas utilizo os mesmos critérios, Mas entendo que os alunos que tem necessidade especiais devem ser avaliados com um outro olhar.
P2	Participação nas atividades e seu desenvolvimento durante todo período escolar.	
P3	Trabalho sempre com a oralidade de cada	
P4	São aprovados	
P5	Sim	
P6	Pia, revisão de conteúdo em pequenas partes...	
P7	Jogos	
P8	Atividades adaptadas para as necessidades que o aluno apresenta.	

Fonte: O autor.

Inicialmente, o que nos chama atenção é o fato de que, apesar de se disporem a participar voluntariamente da pesquisa, dos dez professores entrevistados, apenas oito responderam à pergunta 3, falando sobre métodos, instrumentos e critérios avaliativos; já a pergunta 4, que estabelece comparação entre as formas de avaliação dos estudantes com necessidade educativas especiais com a dos demais estudantes, apenas um professor se manifestou. Esse comportamento parece sugerir que os profissionais não se sentiam confortáveis para falar sobre tema de avaliação da aprendizagem de estudantes com necessidades especiais.

Tal análise pode ser confirmada com a observação da qualidade das respostas oferecidas, que agrupamos em conjuntos, conforme suas aproximações. No primeiro grupo agregamos as respostas dos professores 1 e 8 que dizem, respectivamente: “Avalio sempre pensando no grau de CID que cada aluno possui, fazendo a avaliação dentro do que cada aluno consegue produzir” e “Atividades adaptadas para as necessidades que o aluno apresenta”. Entendemos que esses profissionais percebem a necessidade de adequar os instrumentos avaliativos às possibilidades dos alunos com necessidades especiais, suas 23 respostas não nos dão margens para percebermos que tipo de adaptações ele efetivamente fazem nos momentos avaliativos desses alunos.

Em outro conjunto, agrupamos as respostas que consideramos superficiais e imprecisas são elas a do P3: “Trabalho sempre com a oralidade de cada”, P6 “Pia, revisão de conteúdo em pequenas partes...” e P7: “Jogos”. Consideramos essas respostas parciais porque elas se resumem a apresentar alguns instrumentos avaliativos, sem justificar tais escolhas nem as relacionar às necessidades dos alunos. Observamos que entre os instrumentos citados não há menção, por exemplo, às provas escritas o que pode ser considerado um esforço para superar formas tradicionais de avaliação. Entretanto, ao eleger a “oralidade” ou “jogos” como instrumentos de verificação da aprendizagem, a depender da necessidade especial atendida, podemos também cometer a exclusão, por exemplo, de surdos ou de crianças com TEA. Entendemos que, ao invés de eleger um número reduzido de instrumentos, o professor compromissado com a educação inclusiva precisa dispor de muitos instrumentos avaliativos para atender à diversidade do público.

A resposta do P2 que declarou “Participação nas atividades e seu desenvolvimento durante todo período escolar” nos parece que se aproxima da perspectiva da avaliação formativa, pois, considera toda participação do aluno no processo de ensino/aprendizagem. Ressaltamos que a fala do profissional parece não demonstrar consideração pelas especificidades de estudantes com necessidades especiais educacionais, sua forma de avaliação pode ser usada com quaisquer estudantes.

Finalmente, temos a resposta do P4: “São aprovados” que aponta duplamente para dois equívocos no que se refere à avaliação da aprendizagem. Primeiramente, a resposta parece limitar a compreensão da avaliação ao objetivo classificatório de aprovação/reprovação, típico da perspectiva somativa que desconsidera os objetivos de diagnose e de monitoramento do processo de ensino/aprendizagem. Além disso, a resposta é taxativa quanto à prática de aprovação automática de alunos com necessidades educativas especiais, mas, questionamos,

quanto à aprendizagem desses estudantes; será que a permanência deles na escola cumpre apenas funções sociais?

No que diz respeito à pergunta 4 de nosso questionário, que indagava se os métodos, critérios e instrumentos avaliativos que os professores mobilizam com alunos com necessidades especiais são diferentes dos utilizados com os demais estudantes, o que mais chamou nossa atenção foi o grande silenciamento dos profissionais. Obtivemos apenas uma resposta da P1 “Não, o método de avaliação é adaptado, mas utilizo os mesmos critérios, mas entendo que os alunos que têm necessidade especiais devem ser avaliados com um outro 24 olhar” que parece demonstrar certa oscilação ao dizer que observa os mesmos critérios avaliativos para todos os alunos, mesmo entendendo que os que têm necessidades especiais carecem de um “olhar diferenciado”. Ou seja, o que falta é uma adaptação dos critérios avaliativos ao aluno com deficiência.

## 4 CONCLUSÃO

Neste trabalho podemos observar as dificuldades encontradas no ambiente escolar para a inclusão de crianças com algum tipo de deficiência, mostra a grande dificuldade que os profissionais encontram em lidar com a avaliação da aprendizagem na perspectiva da inclusão, também se pode notar que a falta de uma formação continuada que se adequem a educação na perspectiva da inclusão por parte dos professores faz com que eles não consigam avaliar seus alunos de uma forma adequada, dessa forma notasse que é necessário uma formação continuada adequada, para que os professores possam atuar dentro da sala de aula.

Também durante esse trabalho se percebe o silêncio do professor, talvez, por falta de preparo pedagógico, sendo assim fica um vazio por parte dos professores, o que acaba comprometendo a avaliação da aprendizagem, pois a educação inclusiva visa atender e assegurar que todos os alunos tenham os mesmos direitos, oportunidades de ensino e aprendizagem, para isso é necessário um olhar diferenciado para esses alunos, não um olhar de exclusão mas um olhar de adaptar as atividades para que esses alunos sejam de fato avaliados e que possam ter um melhor rendimento escolar.

Como contribuição, nesse trabalho deixo um olhar sobre as práticas avaliativas perante os alunos com portadores de algum tipo de deficiência que precisam não só que a escola os acolha, mas também de uma prática pedagógica voltada as suas necessidades, esses alunos precisam que a sociedade e a comunidade em que eles vivem, estejam preparadas para de fato incluírem esse aluno na escola, para que assim eles tenham um melhor rendimento escolar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de junho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais**: adaptações curriculares: estratégias para educação de alunos com necessidades educativas especiais. Brasília, DF: ministério da Educação, 1999.

FERREIRA, Andreia Tereza Brito. Paradigmas da avaliação: uma visão panorâmica. In: MARCUSCHI, Beth; SUASSUNA, Lívia. **Avaliação em língua portuguesa**: contribuições para a prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 11-26. <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Izabela%20Terres%20Leaes.pdf>>. Acesso em 15 mar. 2022

LEÃES, Izabela Terres. **Avaliação da aprendizagem inclusiva**: os discursos pedagógicos e clínicos, 2009, 65f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí-SC. 2009.

LEAL, Telma Ferraz. Paradigmas da avaliação: uma visão panorâmica. In: MARCUSCHI, Beth; SUASSUNA, Lívia. **Avaliação em língua portuguesa**: contribuições para a prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 11-26.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. 1 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **A avaliação da aprendizagem na escola**: reelaborando conceitos e recriando a prática. 2. ed. rev. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2005.

SUASSUNA, Lívia. Paradigmas da avaliação: uma visão panorâmica. In: MARCUSCHI, Beth; SUASSUNA, Lívia. **Avaliação em língua portuguesa**: contribuições para a prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 27-45.